Anais do Congresso Brasileiro de Iniciação Científica
(https://periodicos.unisanta.br/COB)

ISSN 2317-1316

PARA ALÉM DAS REUNIÕES ESCOLARES: FAMÍLIA, ESCOLA E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA

BEYOND SCHOOL MEETINGS: FAMILY, SCHOOL AND THE INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES

Adriana dos Santos Souza, Michelle Alves dos Santos, Marina Savordelli Versolato, Carolina Rodrigues Lincoln de Carvalho, Raphaela dos Santos Gonçalves, Camila Neto Fernandes Andrade

Universidade Santa Cecília, Faculdade de Educação, Curso de Licenciatura em Educação Especial
E-mail para contato: as253399@alunos.unisanta.br

RESUMO – Este artigo analisa as contribuições e os desafios da parceria entre família e escola para a inclusão de estudantes com deficiência na rede pública. Foi realizada uma revisão bibliográfica de abordagem qualitativa, com artigos, monografias e documentos sobre participação familiar, comunicação, aprendizagem e inclusão escolar. Os estudos indicam que o diálogo entre responsáveis e profissionais pode ampliar o conhecimento sobre o estudante, apoiar decisões pedagógicas e fortalecer sua autonomia e participação. Entretanto, essa relação é dificultada por horários incompatíveis, sobrecarga familiar, desigualdades sociais, comunicação restrita, falta de apoio especializado e culpabilização das famílias. Conclui-se que a parceria precisa superar os encontros voltados apenas a cobranças e tornar-se uma prática contínua de escuta, troca de informações e responsabilidade compartilhada.

Palavras-chave: Família; Escola pública; Educação inclusiva; Deficiência; Participação familiar.

ABSTRACT – This article analyzes the contributions and challenges of the partnership between family and school to the inclusion of students with disabilities in public education. A qualitative literature review was conducted using articles, undergraduate studies and documents about family participation, communication, learning and school inclusion. The studies indicate that dialogue between family members and education professionals can broaden knowledge about the student, support pedagogical decisions and strengthen autonomy and participation. However, this relationship is affected by incompatible schedules, family overload, social inequalities, limited communication, lack of specialized support and blaming of families. The study concludes that the partnership must go beyond meetings

ISSN 2317-1316

focused only on complaints and become a continuous practice of listening, information sharing and shared responsibility.

Keywords: Family; Public school; Inclusive education; Disability; Family participation.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão escolar não se resume à matrícula do estudante com deficiência em uma turma regular. Ela envolve condições para que esse estudante participe das atividades, aprenda, tenha acesso ao currículo, estabeleça relações com os colegas e desenvolva sua autonomia. Para que isso aconteça, a escola precisa rever suas práticas, eliminar barreiras e organizar apoios de acordo com as necessidades encontradas no cotidiano (Brasil, 2008; Brasil, 2015).

A família também participa desse processo porque conhece a história do estudante, sua rotina, suas formas de comunicação, seus interesses e as situações que podem facilitar ou dificultar sua participação. Essas informações podem ajudar os profissionais a compreender comportamentos, planejar intervenções e acompanhar mudanças observadas ao longo da escolarização (Oliveira *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2026).

A escola, por sua vez, possui responsabilidades ligadas ao ensino, ao currículo, à avaliação, à acessibilidade e à organização das condições pedagógicas. A parceria não significa que a família deva assumir o trabalho dos professores ou repetir em casa tudo o que ocorre na escola. Ela precisa ser construída a partir da troca de conhecimentos, do respeito aos diferentes lugares ocupados por responsáveis e profissionais e da busca por objetivos comuns (Costa; Silva; Souza, 2019; Jungles, 2022).

A relação entre família e escola costuma ser lembrada principalmente durante reuniões, entrega de notas, problemas de comportamento ou dificuldades de aprendizagem. Nesses encontros, muitas famílias são chamadas apenas para receber orientações, cobranças ou informações sobre aquilo que o estudante ainda não consegue fazer. Essa forma de contato limita a participação familiar e pode transformar a reunião em um espaço de julgamento, em vez de diálogo (Jungles, 2022; Silva, 2023).

ISSN 2317-1316

Uma parceria mais próxima pode contribuir para a inclusão, mas sua realização encontra dificuldades. As famílias precisam conciliar trabalho, tarefas domésticas, cuidados com outros filhos, consultas, terapias e deslocamentos. Os professores lidam com turmas numerosas, pouco tempo para planejamento, falta de recursos e ausência de profissionais especializados. Por isso, a distância entre família e escola não pode ser explicada apenas como falta de interesse de uma das partes (Silva; Elias, 2022; Boniatti *et al.*, 2025).

Em estudo realizado com 42 responsáveis e 34 professoras de estudantes com deficiência intelectual matriculados em escolas públicas, foram encontradas dificuldades tanto no contexto familiar quanto na organização escolar. Os responsáveis relataram problemas para acompanhar tarefas e enfrentar situações escolares, enquanto as professoras indicaram desafios no trabalho inclusivo e na relação com as famílias (Silva; Elias, 2022).

A realidade da escola pública torna essa discussão especialmente importante. A falta de equipes completas, a desigualdade social e as dificuldades de acesso a serviços de saúde e assistência afetam a vida dos estudantes e de seus responsáveis. Ao mesmo tempo, a escola pode ser um espaço de proteção, informação e articulação de apoios, desde que não trate a família como culpada pelas dificuldades encontradas (Silva; Elias, 2022; Boniatti *et al.*, 2025).

Diante disso, este artigo busca responder à seguinte questão: quais contribuições e desafios marcam a parceria entre família e escola no processo de inclusão de estudantes com deficiência na rede pública de ensino? O objetivo é analisar as contribuições dessa relação para a participação, a autonomia e a aprendizagem, bem como discutir os obstáculos que dificultam sua construção no cotidiano escolar (Jungles, 2022; Silva; Elias, 2022)..

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Foram analisados artigos, monografias e documentos que discutem a relação entre família e escola, com atenção à inclusão de estudantes com deficiência na rede pública de ensino (Costa; Silva; Souza, 2019; Silva; Elias, 2022).

ISSN 2317-1316

A seleção dos materiais considerou estudos sobre participação familiar, gestão escolar, aprendizagem, deficiência intelectual, transtorno do espectro autista, síndrome de Down e educação inclusiva. Também foram utilizados documentos que apresentam orientações para a construção de parcerias entre famílias, profissionais e comunidade escolar (Jungles, 2022; Oliveira *et al.*, 2023; Boniatti *et al.*, 2025).

Após a leitura, os conteúdos foram organizados em quatro temas: contribuições da parceria para a inclusão; desafios vividos pelas famílias; dificuldades enfrentadas pela escola; e possibilidades de fortalecimento da comunicação e da participação. A análise buscou evitar explicações que responsabilizam apenas a família ou apenas a escola, considerando as condições sociais e institucionais que influenciam essa relação (Costa; Silva; Souza, 2019; Silva; Elias, 2022).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1. A parceria como construção compartilhada

A família e a escola participam da formação do estudante, mas não possuem as mesmas funções. A escola responde pelo ensino e pela organização do trabalho pedagógico. A família acompanha a trajetória, compartilha informações, participa de decisões e oferece apoio de acordo com suas condições. A parceria acontece quando essas responsabilidades são compreendidas e articuladas sem que uma instituição tente substituir a outra (Costa; Silva; Souza, 2019; Jungles, 2022).

A colaboração também não pode ser reduzida à presença dos responsáveis nas reuniões. Muitas famílias mantêm contato por mensagens, conversam com os professores na entrada ou na saída, acompanham materiais e buscam ajuda quando surgem dificuldades. Essas formas de participação precisam ser reconhecidas, pois a presença física em eventos escolares nem sempre é possível (Silva, 2023; Costa, 2024).

A verdadeira participação envolve escuta. A escola precisa comunicar suas observações, mas também ouvir o que a família percebe em casa. Mudanças no sono, alimentação, saúde, comportamento ou rotina podem interferir na participação escolar. Da mesma forma, a família

ISSN 2317-1316

precisa conhecer os objetivos trabalhados, os apoios oferecidos e os avanços observados pelos professores (Oliveira *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2026).

O diálogo torna-se mais produtivo quando não ocorre apenas em situações de conflito. Se a escola procura a família somente para apresentar dificuldades, o contato passa a ser associado à culpa e à preocupação. Informar conquistas, mostrar produções e reconhecer o esforço do estudante ajuda a construir confiança e favorece conversas mais equilibradas (Jungles, 2022; Silva, 2023).

A parceria também depende da possibilidade de participação nas decisões. Os responsáveis podem contribuir na elaboração de planos de atendimento, na avaliação dos apoios e na discussão sobre adaptações. Sua presença não deve limitar-se à assinatura de documentos já concluídos, pois isso mantém uma relação vertical, na qual a escola decide e a família apenas concorda (Jungles, 2022; Boniatti *et al.*, 2025).

O material elaborado pelo Ministério da Educação sobre a parceria família-escola destaca que não existe uma receita única para o envolvimento familiar. As ações precisam considerar o contexto, as necessidades e os objetivos de cada instituição. O modelo apresentado no documento funciona como orientação para que as escolas desenvolvam suas próprias estratégias, ligadas à aprendizagem dos estudantes e à melhoria institucional (Jungles, 2022).

3.2. Contribuições para a inclusão escolar

Uma das principais contribuições da família é ampliar o conhecimento que a escola possui sobre o estudante. Os responsáveis podem explicar como ele comunica necessidades, quais recursos utiliza, como reage a mudanças e quais interesses favorecem seu envolvimento. Essas informações ajudam o professor a interpretar situações que poderiam ser entendidas apenas como desatenção, desobediência ou incapacidade (Oliveira *et al.*, 2023; Silva *et al.*, 2026).

Esse conhecimento não deve ser utilizado para criar uma imagem fixa do estudante. A família conhece aspectos importantes de sua vida, mas o aluno também pode desenvolver novas formas de participação no ambiente escolar. Por isso, as informações familiares precisam ser

ISSN 2317-1316

relacionadas às observações e às possibilidades construídas na sala de aula (Jungles, 2022; Silva; Elias, 2022).

A parceria pode apoiar a elaboração de adaptações curriculares e recursos de acessibilidade. Quando a escola conhece as formas de comunicação e os apoios utilizados pelo estudante, pode planejar materiais mais adequados e acompanhar se eles realmente favorecem a aprendizagem. A família, por sua vez, pode informar se o recurso está sendo compreendido e utilizado em outros espaços (Silva *et al.*, 2026; Boniatti *et al.*, 2025).

Em estudo sobre a vida escolar de uma criança com síndrome de Down, o envolvimento familiar foi relacionado à adaptação curricular, à continuidade de práticas pedagógicas e ao desenvolvimento da autonomia, da socialização e do desempenho acadêmico. O trabalho também destacou que a comunicação entre os envolvidos contribui para acompanhar as necessidades e as possibilidades da criança (Silva *et al.*, 2026).

No caso de estudantes com TEA, a comunicação entre escola e família pode ajudar a compreender formas de interação, respostas sensoriais e mudanças de comportamento. A literatura analisada indica que essa aproximação contribui para o acompanhamento da aprendizagem e para o desenvolvimento da autonomia e da inclusão social (Oliveira *et al.*, 2023).

A colaboração também pode favorecer a identificação de barreiras. A família pode relatar que o estudante demonstra ansiedade antes de determinado dia, evita certas atividades ou retorna da escola frustrado. Essas informações precisam ser investigadas, pois podem revelar dificuldades de comunicação, exclusão por parte dos colegas, falta de acessibilidade ou tarefas inadequadas (Brasil, 2015; Boniatti *et al.*, 2025).

A relação próxima com a escola foi apontada pelos responsáveis de estudantes com deficiência intelectual como um recurso para enfrentar dificuldades. Ter boa comunicação com professores e perceber que os filhos se sentem bem na instituição foram aspectos valorizados. A participação e o apoio familiar também apareceram como elementos relacionados ao acompanhamento da trajetória escolar (Silva; Elias, 2022).

ISSN 2317-1316

3.3. Desafios vividos pelas famílias

A falta de tempo é uma das dificuldades mais citadas na participação familiar. Muitos responsáveis trabalham durante o horário das reuniões e não possuem liberdade para deixar o emprego. Outros precisam cuidar de crianças, idosos ou pessoas doentes, o que dificulta a presença na escola (Costa, 2024; Silva; Elias, 2022).

Essa situação pode ser mais intensa nas famílias de estudantes com deficiência. Consultas, atendimentos especializados, deslocamentos e cuidados diários exigem organização e tempo. A sobrecarga pode gerar cansaço e dificultar o acompanhamento das atividades escolares, mesmo quando existe interesse em participar (Silva; Elias, 2022).

Na pesquisa realizada por Silva e Elias, responsáveis relataram dificuldades para conciliar o trabalho, as necessidades dos filhos e as demandas escolares. O estudo também identificou sentimentos de sobrecarga e apontou que 42,2% dos responsáveis trabalhavam fora, situação que afetava a organização familiar (Silva; Elias, 2022).

A escolaridade dos responsáveis também pode interferir. Algumas famílias não compreendem os conteúdos das tarefas ou encontram dificuldades para ler orientações e documentos. Esse problema não deve ser tratado como falta de capacidade ou interesse, mas como uma condição que exige comunicação mais clara e apoio da escola (Silva; Elias, 2022).

No mesmo estudo, 42,8% dos responsáveis declararam não ter concluído o Ensino Fundamental. Parte deles relatou não conseguir ajudar os filhos em determinadas tarefas, embora demonstrasse interesse em acompanhá-los. As autoras destacam que essas dificuldades precisam ser analisadas sem culpabilização, pois estão ligadas às condições sociais e econômicas das famílias (Silva; Elias, 2022).

As condições financeiras também limitam a participação. Despesas com transporte, medicamentos, alimentação e tratamentos afetam o orçamento familiar. Além disso, nem todos possuem telefone disponível, internet constante ou recursos para imprimir atividades e adquirir materiais solicitados pela escola (Boniatti *et al.*, 2025; Silva; Elias, 2022).

Algumas famílias também se afastam porque tiveram experiências de julgamento. Quando recebem apenas reclamações, podem sentir que a escola as considera responsáveis por

ISSN 2317-1316

todas as dificuldades do estudante. O medo de novas críticas pode levar ao silêncio ou à ausência, aumentando ainda mais a distância entre os envolvidos (Costa; Silva; Souza, 2019; Jungles, 2022).

3.4. Desafios enfrentados pelos profissionais

Os professores também trabalham em condições que dificultam o contato contínuo com as famílias. Turmas numerosas, várias demandas ao mesmo tempo, falta de horário para atendimento e excesso de registros tornam as conversas individuais menos frequentes. Em muitos casos, a comunicação ocorre de forma apressada ou apenas quando surge um problema (Silva; Elias, 2022; Boniatti *et al.*, 2025).

A falta de formação específica é outro desafio. Professores podem conhecer os princípios gerais da inclusão, mas ainda apresentar dúvidas sobre planejamento, avaliação, acessibilidade e trabalho com determinados estudantes. Essa insegurança pode levá-los a esperar que a família ou profissionais da saúde ofereçam respostas para questões que também são pedagógicas (Silva; Elias, 2022).

As professoras entrevistadas por Silva e Elias relataram dificuldades para atender às necessidades dos estudantes, mesmo apresentando entendimentos próximos aos princípios da educação inclusiva. O estudo mostra que conhecer as diretrizes não resolve, sozinho, os problemas da prática e reforça a necessidade de formação continuada e apoio especializado (Silva; Elias, 2022).

A ausência de profissionais e recursos também interfere na relação com as famílias. Quando a escola não dispõe de materiais acessíveis, atendimento educacional especializado, orientação pedagógica ou apoio de outros serviços, o professor pode sentir que não consegue responder às demandas apresentadas pelos responsáveis (Silva; Elias, 2022).

Entre as dificuldades apontadas pelas docentes estavam a falta de apoio estrutural e profissional, de equipes especializadas, de recursos e de materiais assistivos. Esses problemas mostram que o sucesso da inclusão não pode depender apenas do esforço do professor ou do acompanhamento familiar (Silva; Elias, 2022).

ISSN 2317-1316

A gestão escolar possui uma responsabilidade importante na organização dessa parceria. Professores que não recebem apoio institucional podem sentir-se expostos diante de conflitos ou cobranças. A coordenação e a direção precisam acompanhar as situações, organizar canais de comunicação e ajudar a transformar queixas em decisões pedagógicas (Jungles, 2022).

As tensões também podem ser alimentadas pela sensação de desvalorização. Alguns professores entendem determinadas perguntas como críticas ao seu trabalho, enquanto as famílias interpretam explicações da escola como tentativas de evitar responsabilidades. Sem apoio e diálogo, essas percepções podem aumentar a desconfiança (Jungles, 2022).

3.5. O problema da culpabilização

A culpabilização ocorre quando uma dificuldade complexa é atribuída apenas a uma pessoa ou grupo. Na relação família-escola, é comum ouvir que o estudante não aprende porque a família não acompanha, não estabelece limites ou não comparece às reuniões. Essas explicações desconsideram as condições sociais e as barreiras existentes na própria escola (Costa; Silva; Souza, 2019; Silva; Elias, 2022).

A participação familiar pode favorecer a escolarização, mas sua ausência não retira da escola a responsabilidade pelo ensino. O planejamento, a avaliação, as adaptações e os apoios são atribuições dos profissionais e do sistema educacional. As famílias podem colaborar, mas não devem ser responsabilizadas por compensar a falta de recursos, formação ou acessibilidade (Brasil, 2008; Silva; Elias, 2022).

Da mesma maneira, a família não deve esperar que a escola resolva todas as questões relacionadas ao estudante. Cuidados de saúde, organização da rotina e acompanhamento de informações também exigem participação dos responsáveis. A parceria pressupõe divisão de responsabilidades, e não transferência de problemas de um lado para o outro (Jungles, 2022; Costa; Silva; Souza, 2019).

A cultura de culpabilização esconde fatores como limitações materiais da escola, condições econômicas das famílias, escolaridade dos responsáveis e sobrecarga dos

ISSN 2317-1316

professores. Ao ignorar essas condições, a relação passa a ser organizada por acusações, dificultando a busca por soluções (Costa; Silva; Souza, 2019).

A escola também precisa evitar uma postura de superioridade. Os conhecimentos pedagógicos dos profissionais são necessários, mas não anulam os saberes construídos pelas famílias no convívio com o estudante. Ouvir os responsáveis não significa entregar a eles a decisão sobre o currículo, mas ampliar as informações utilizadas no planejamento (Jungles, 2022; Gouveia; Pereira, 2023).

A parceria torna-se mais equilibrada quando escola e família deixam de ocupar os lugares de acusadores e passam a reconhecer dificuldades e possibilidades comuns. Essa mudança exige reflexão contínua, avaliação dos canais de comunicação e disposição para rever práticas que não estão funcionando (Jungles, 2022).

3.6. Para além das reuniões escolares

As reuniões continuam sendo importantes, mas não devem ser o único espaço de comunicação. A escola pode oferecer atendimentos individuais, mensagens, telefonemas, formulários simples e outros meios que respeitem as condições das famílias. A diversidade de canais amplia as possibilidades de participação (Costa, 2024; Jungles, 2022).

Os horários também precisam ser revistos. Realizar todos os encontros no período de trabalho dos responsáveis limita a presença e reforça a ideia de que a participação depende apenas do esforço familiar. Sempre que possível, a escola pode alternar horários ou combinar previamente o melhor momento para cada grupo (Costa, 2024).

Em pesquisa sobre gestão participativa, a incompatibilidade entre os horários de trabalho e as reuniões foi apontada como um dos principais problemas. As famílias sugeriram encontros após as 17h30 e mais projetos voltados à sua participação, demonstrando interesse em formas de aproximação mais adequadas à realidade cotidiana (Costa, 2024).

O conteúdo das reuniões também precisa mudar. Além de dificuldades, a escola pode apresentar avanços, explicar objetivos pedagógicos e ouvir propostas. Quando o encontro é

ISSN 2317-1316

organizado apenas para informar regras ou cobrar comportamentos, a família ocupa uma posição passiva e pode não perceber sentido em sua presença (Jungles, 2022; Silva, 2023).

A linguagem utilizada deve ser acessível. Termos técnicos, siglas e explicações pouco claras dificultam a compreensão e podem constranger os responsáveis. É dever dos profissionais explicar avaliações, recursos e decisões de forma simples, verificando se as informações foram compreendidas (Jungles, 2022; Silva; Elias, 2022).

A participação também pode ocorrer em conselhos escolares, projetos, avaliações institucionais e discussões sobre acessibilidade. Essas formas de envolvimento ajudam a família a compreender o funcionamento da escola e permitem que suas experiências contribuam para decisões coletivas (Boniatti *et al.*, 2025; Costa, 2024).

A gestão participativa fortalece o sentimento de pertencimento. Quando os responsáveis percebem que suas sugestões são consideradas, a relação deixa de ser baseada apenas em convocação e obediência. A pesquisa de Costa mostrou que a escuta das famílias produziu propostas relacionadas aos horários, à aprendizagem, aos projetos e à melhoria da escola (Costa, 2024).

A construção da parceria exige continuidade. Um único encontro não resolve dificuldades acumuladas ao longo do tempo. A confiança é construída por meio de contatos respeitosos, cumprimento de acordos, transparência e reconhecimento das contribuições de cada pessoa envolvida (Jungles, 2022; Boniatti *et al.*, 2025).

4 CONCLUSÃO

A revisão indica que a parceria entre família e escola pode contribuir para a inclusão de estudantes com deficiência ao ampliar o conhecimento sobre suas formas de comunicação, interesses, necessidades e possibilidades, apoiar decisões pedagógicas e fortalecer sua participação, autonomia e aprendizagem. Entretanto, essa relação encontra barreiras relacionadas à sobrecarga das famílias, aos horários de trabalho, à desigualdade social, à escolaridade dos responsáveis, às turmas numerosas, à falta de recursos, à formação insuficiente dos profissionais e à ausência de apoio especializado. A comunicação restrita a reuniões,

ISSN 2317-1316

reclamações e cobranças dificulta a confiança e pode aumentar a culpabilização de famílias e professores. Por isso, a parceria precisa ser compreendida como uma prática contínua de escuta, troca de informações e responsabilidade compartilhada, sem transferir à família o dever de ensinar nem atribuir somente à escola todos os cuidados relacionados ao estudante. Para além das reuniões escolares, é necessário diversificar os horários e os canais de comunicação, informar também os avanços, utilizar linguagem clara, incluir os responsáveis nas decisões e organizar formas de participação compatíveis com a realidade da escola pública. A inclusão torna-se mais consistente quando família, professores e gestão reconhecem seus limites, valorizam seus conhecimentos e trabalham juntos para reduzir as barreiras encontradas pelo estudante.

5 DECLARAÇÃO DE USO DE IA

Durante a elaboração deste trabalho, utilizou-se a ferramenta ChatGPT para apoio à organização textual e à sistematização inicial da literatura. O conteúdo gerado foi revisado, editado e validado pelos autores, que assumem total responsabilidade pelo texto final.

6 REFERÊNCIAS

Boniatti A, Veriato A, Silva AFL, Silva CS, Tamiozzo STL. A importância da parceria entre escola, família e comunidade na promoção da inclusão escolar. Revista Ilustração. 2025;6(2):77-88.

Brasil. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC, 2008.

Brasil. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Presidência da República, 2015.

Costa LMC. A gestão participativa como fomentadora da parceria família-escola para melhoria da aprendizagem. Anais da XXI Semana Acadêmica da Universidade do Estado da Bahia. 2024:1-7.

Costa MAA, Silva FMC, Souza DS. Parceria entre escola e família na formação integral da criança. Revista Práticas Educativas, Memórias e Oralidades. 2019;1(1):1-14.

ISSN 2317-1316

Gouveia F, Pereira G. Escola e comunidade: uma parceria essencial a uma educação de qualidade. Educação e Desenvolvimento Comunitário. 2023:255-270.

Jungles LAS. Parceria família-escola: benefícios, desafios e proposta de ação. Brasília: Ministério da Educação, 2022.

Oliveira VS, Ribeiro MS, Purificação MM, Catarino EM. A família e a escola no processo do desenvolvimento da criança com autismo: uma parceria importante. Anais do VII Colóquio Estadual de Pesquisa Multidisciplinar. 2023:1-6.

Silva EF, Elias LCS. Inclusão de alunos com deficiência intelectual: recursos e dificuldades da família e de professoras. Educação em Revista. 2022;38:e26627.

Silva MM, Koehler ARA, Lima AN, Garcez JCL, Nascimento Júnior LP, Souza SMS, Pinto RJ, Neves ES. O papel da família na vida escolar de uma criança com síndrome de Down. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. 2026;12(1):1-6.

Silva NV. Relação família/escola: parceria necessária para o desenvolvimento da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Cajazeiras: Universidade Federal de Campina Grande, 2023.